

Política

COLUNA DO ESTADÃO
ALBERTO BOBBIO
TWITTER: @COLUNAESTADAO
OLIVIA LOPES PEREIRA @COLUNAESTADAO

O 'ghosting' da Saúde no Butantan em 2020

Dimas Covas afirmou na CPI da Covid que, após o episódio do "um manda, o outro obedece", em outubro passado, houve uma "inflexão" nas conversas do Butantan com o Ministério da Saúde sobre a compra da Coronavac pelo governo federal. Porém, ele não detalhou a "inflexão". Segundo a Coluna apurou, o instituto tomou um "ghosting": interlocutores da Saúde com o Butantan passaram a atender menos as ligações, quando atendiam, pediam "compreensão", falavam em dar "tempo ao tempo" e evitavam qualquer tipo de respostas diretas.

» **Se liga.** Termo do mundo digital, "ghosting" é quando uma pessoa deixa de responder a mensagens e ligações, sem aviso.

» **Panos quentes.** Só em dezembro a Saúde passou a retomar as conversas com o Butantan, discretamente. Como a Coluna revelou naquela época, Pazuello designou Airton Cascavel como emissário para o diálogo.

» **Ele não?** Aliás, o então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, tratou pouquíssimas vezes sobre vacina com o Butantan, assim como ocorreu com a Pfizer.

» **Ufa!** Após o longo depoimento, Dimas Covas disse a interlocutores ter dado seu melhor: apresentou ofícios, fatos, cronogramas, não fez juízo de valor.

» **Esperança.** Dirigentes do Butantan também ficaram satisfeitos com o depoimento de Dimas Covas. Com a CPI em andamento e Ministério da Saúde sob novo comando, a expectativa em torno da Butanvac cresceu. Acreditam que a novela da Coronavac não se repetirá.

» **Bem...** A CPI da Covid completa um mês com apoio de 70,7% nas redes sociais, de acordo com o IP Brasil, da agência .MAP.

» **...na fita.** O perfil das manifestações sobre a CPI mostra claramente como ela é alvo de polarização entre os públicos de direita e de esquerda, que concentram 33,1% e 22,4%, respectivamente, das menções.

» **Vacina...** O presidente da Anatel, Leonardo Euler de Moraes, viajou para os Estados Unidos entre 5 e 16 de junho, para uma missão ministerial e agenda de encontros com investidores para tratar de 5G.

» **...tour?** Moraes passará por Washington, Nova York e Miami. A piada em Brasília, onde nunca se perde a piada: aproveitará e fará o tour da vacina nos EUA?

» **SINAIS PARTICULARES.** Leonardo Euler de Moraes, presidente da Anatel

PRONTO, FALE!

Renan Filho
Governador de Alagoas (MDB)
"O presidente da República tem dado vários exemplos: incentiva as pessoas a não usar máscara, desdenha de aglomeração e desvaloriza vacinas."

» **Ficou sem...** Dois motivos levaram Paulo Caffarelli a renunciar ao cargo de CEO da Cielo. O primeiro deles: os sucessivos resultados ruins em sua gestão.

» **...clima.** O segundo motivo foi político. Planalto e Ministério da Economia nunca esqueceram as "raízes petistas" de Caffarelli, que foi número dois de Guido Mantega na Fazenda no governo Dilma Rousseff.

» **CLICK!** O prefeito Ricardo Nunes citou a questão dos precatórios como exemplo da ajuda de Serra aos municípios: deu fôlego financeiro às contas das administrações.

» **In...** O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), pediu o apoio de José Serra na busca por verbas direcionadas à construção de um centro avançado de pesquisa e atendimento para o câncer 100% SUS.

» **...memoriam.** O novo centro vai se chamar Bruno Covas, em homenagem ao prefeito morto recentemente. O senador do PSDB se comprometeu com o projeto.

» **...memoriam.** O novo centro vai se chamar Bruno Covas, em homenagem ao prefeito morto recentemente. O senador do PSDB se comprometeu com o projeto.

» **...memoriam.** O novo centro vai se chamar Bruno Covas, em homenagem ao prefeito morto recentemente. O senador do PSDB se comprometeu com o projeto.

» **...memoriam.** O novo centro vai se chamar Bruno Covas, em homenagem ao prefeito morto recentemente. O senador do PSDB se comprometeu com o projeto.

» **...memoriam.** O novo centro vai se chamar Bruno Covas, em homenagem ao prefeito morto recentemente. O senador do PSDB se comprometeu com o projeto.

» **...memoriam.** O novo centro vai se chamar Bruno Covas, em homenagem ao prefeito morto recentemente. O senador do PSDB se comprometeu com o projeto.

'Tratoração'. Ministro que vai analisar contas da Presidência exige que governo mostre dados sigilosos; ofícios destinaram verba a parlamentares aliados, como revelou o 'Estadão'

TCU cobra documentos do orçamento secreto

Bruno Pires | BRASÍLIA



O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Walton Alencar, relator das contas de 2020 da Presidência da República, exigiu que o Palácio do Planalto e o Ministério da Economia entreguem, num prazo "improrrogável" de cinco dias úteis, cópias dos documentos ainda ocultos do orçamento secreto, um esquema montado pelo presidente Jair Bolsonaro, no fim do ano passado, para garantir apoio no Congresso. O pedido se baseia em série de reportagens do Estadão. O ministro justificou a medida pela "relevância do tema".

As explicações do Planalto deverão ser analisadas no próximo julgamento sobre as contas do governo do ano de 2020, que ocorrerá em 30 de junho. Uma eventual rejeição de contas pelo tribunal pode levantar bases para um possível processo de impeachment de Jair Bolsonaro.

A decisão de abrir a caixa-preta do "tratoração" inclui a exigência de entrega de ofícios de deputados e senadores, papéis que não estão públicos, que formalizam o direcionamento de bilhões de recursos de emendas de relator-geral (chamada RP9) a redutos eleitorais, o que contraria normas orçamentárias.

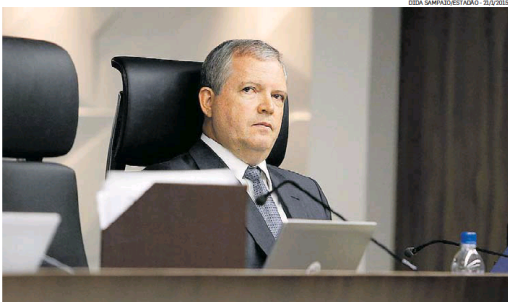
O Estadão revelou um conjunto de 101 documentos nos quais parlamentares que participaram do esquema cobram suas "cotas" autorizadas pelo ministro Luiz Eduardo Ramos, então chefe da Secretaria de Governo. Na época dos acordos, o governo buscava apoio para eleger seus candidatos ao comando do Congresso.

A quantidade exata de ofícios segue até hoje desconhecida. O Ministério do Desenvolvimento Regional, que operou o esquema, firmou cerca de 1,3 mil convênios e contratos de repasses em dezembro de 2020, a maior parte envolvendo os R\$ 3 bilhões que usou no "toma lá, dá cá". O acesso a maior parte desses documentos foi negado ao Estadão pela pasta.

Em despacho encaminhado ao governo, o ministro Walton Alencar cobra explicações detalhadas sobre o manejo de um total de R\$ 21,89 bilhões em diversos ministérios e no passado provenientes de emenda de relator. Deste total fazem parte os R\$ 3 bilhões do Desenvolvimento Regional reservados, por exemplo, para a compra de tratores e máquinas agrícolas - aquisições previstas com preços até 259% acima do valor de referência do ministério. Razoão pela qual o caso é chamado de "tratoração" nas redes sociais. O governo diz que a tabela de preços é apenas "ilustrativa".

O ministro atendeu a uma representação da Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU, que trata de "possíveis irregularidades", com base nas informações reveladas pelo Estadão. A área técnica do TCU listou, por exemplo, a ausência de critérios objetivos de distribuição de recursos.

"Segundo as informações apresentadas nas reportagens citadas, as emendas de relator (RP9) veiculavam acordos políticos para indicação de recursos orçamentários a serem distribuídos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional", es-



Relator, Walton Alencar, do Tribunal de Contas da União, cobra explicações do governo

DECISÃO

• O que diz o despacho do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Walton Alencar Rodrigues

Orçamento não pode influenciar Congresso

21. A segunda regra em destaque diz que a execução da LCA 2020 e dos créditos adicionais obedecerá aos "princípios constitucionais da legalidade, da responsabilidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência na administração pública federal, e não poderá ser utilizada para influenciar a aprovação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional", conforme art. 142.

'Incompatível' com Constituição

28. A distribuição de emendas parlamentares por centro de votação não se demonstra compatível com o arcabouço constitucional vigente. Não é razoável supor que emendas parlamentares sejam alocadas - no sentido que deve ser entendido para toda a Federação - a partir de centros de votação, sem que sejam assegurados fatos que permitam a comparabilidade e a rastreabilidade por qualquer cidadão.

Transparência

As emendas de relator supõem a indicação de valores monetários que reflitam centranças na única pessoa, o que propicia a adoção de critérios personalistas com o andamento a interesses de terceiros (nominados), e prejudica a transparência, a accountability, que é pilar da governança pública e de combate à

Reportagens do 'Estadão'

42. Segundo as informações apresentadas nas reportagens citadas, as emendas de relator (RP 9) recebiam acordo político para indicação de recursos orçamentários a serem distribuídos, por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), autorizados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). A Contas e a Banca são vinculadas ao MDR.

'Arranjos' políticos

48. Conforme constatado pelas denúncias (contaminadas TCU 014.179/2021-4), a execução de despesas associadas a emendas de relator tem o risco de aprovar a mal alocação de recursos (realocação), pela execução preferencial de projetos escolhidos por "arranjos votados para privilegiar áreas políticas", em detrimento de áreas e projetos que tenham a ser priorizados no tempo político, analisando

O que cobra o TCU

1) cópias dos Ofícios em outros documentos (físicos ou digitais) pelos quais os parlamentares porventura formalizaram suas demandas junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, visando à alocação/distribuição de emendas de relator-geral do orçamento classificadas no identificador de resultado primário RP 9, assim como informar os mecanismos de transparência já em aberto para dar amplo acesso aos dados em questão;

R\$ 21,89 bi

é o valor sobre o qual o TCU cobra explicações; o montante foi manejado por diversos ministérios e inclui os R\$ 3 bilhões da pasta do Desenvolvimento Regional que foram liberados para parlamentares aliados.

creveu a auditora Lucieni Pereira. Diretora de Fiscalização de Planejamento e do Orçamento Governamental, Lucieni apontou também possível afronta aos princípios de impessoalidade, imparcialidade e equidade na distribuição dos recursos e destacou que a lei proíbe a utilização das emendas para influenciar votos no Congresso.

"Mistério". Ao propor esclarecimentos, a área técnica do TCU observou que uma "noção inafastável de democracia" exige, segundo o pensador italiano Norberto Bobbio, um "governo de poder visível", que tem como precondição a imparcialida-



Processo disciplinar As Forças, Pazuello diz que não foi a ato político. Pág. A6

reção de erros ou omissões na proposta orçamentária. Diante disso, quer que o Planalto explique o que embasa a utilização tão ampla dos recursos. A representação frisou que a proposta de criação do RP 9 "foi de iniciativa do Poder Executivo", conforme o Estadão mostrou. "A Mensagem Presidencial 638, que encaminhou o PLN 51/2019, foi acompanhada por Exposição de Motivos, assinada pelo então titular da Secretaria de Governo Luiz Eduardo Ramos", disse.

Segundo a auditora, é preciso observar que a mudança na lei feita pelo Planalto "foi promovida com a finalidade de propiciar a distribuição de recursos por emendas, especialmente, no âmbito da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba (Codevasf), do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs)", entre outros. A Codevasf é loteada pelo Centrão.

Obscuridade. A representação do TCU enfatiza que é fundamental uma análise sobre o uso das emendas de RP9 em relação ao Orçamento de 2020 e para o Orçamento aprovado de 2021. "As emendas de relator supõem a indicação de valores monetários de recursos centralizada numa única pessoa, o que propicia a adoção de critérios personalistas com o atendimento a interesses de terceiros nominados, e prejudica a transparência orçamentária, que é pilar da governança pública e do combate à corrupção", ressaltou.

A representação da secretaria cita também outros processos em análise no tribunal com referências a reportagens do Estadão, entre eles, uma denúncia apresentada por deputados em posição de liderança na Câmara. Eles pedem que o TCU suspenda a aplicação de todos os valores de RP9 pelo governo federal no ano de 2021 - a soma chega a R\$ 18,5 bilhões. Esse pedido será analisado pela Corte separadamente.

"Risco". A auditora cita a denúncia dos parlamentares no ponto em que condena a execução preferencial de projetos escolhidos por "arranjos votados para privilegiar apoio político" por inviabilizar pautas estruturantes de melhor "retorno" para a sociedade no longo prazo. "Esse risco de priorização inadequada de projetos se vincula à baixa transparência das propostas, cuja motivação é menos suscetível ao controle social."

Procurado, o Palácio do Planalto não comentou a ordem do TCU para entregar dados.

pressreader